

# A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda

The liberal democracy crisis and the leftist populist alternative

La crisis de la democracia liberal y la alternativa populista de izquierda

Recebido em 11-11-2019

Aceito para publicação em 30-11-2019

31

---

**Daniel de Mendonça** 

ORCID: 0000-0002-8920-4709

Professor Associado de teoria política no Curso de Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [ddmendonca@gmail.com](mailto:ddmendonca@gmail.com)

---

## Resumo

Este texto tem dois objetivos principais. O primeiro é refletir sobre a crise das democracias liberais. O segundo é indicar o populismo de esquerda como alternativa política para se pensar a radicalização da democracia. Para atingir tais objetivos, o artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, discuto a crise dos regimes representativos e seus dois perigos: as alternativas autoritárias e a posição conservadora. A seguir, discuto os problemas que envolvem considerar o populismo como alternativa política à democracia liberal. Na terceira parte, apresento uma noção mínima de populismo, em grande medida inspirada em Laclau (2005), a qual fornece os elementos necessários para se compreender a especificidade do fenômeno. Na última seção, reflito como o populismo de esquerda pode ser uma alternativa política não somente aos regimes liberais, mas também à própria radicalização da democracia.

Palavras-chave: Populismo; Democracia Liberal; Democracia Radical; Ernesto Laclau.

---



## Introdução

Avistar algo e ver com os olhos de ver o que é visto, não são a mesma coisa. Ver com os olhos de ver significa aqui: obter um aspecto daquilo, a partir do qual que é visto propriamente, do que dá um aspecto nos observa como o seu mais próprio. Nós avistamos muito e vemos pouco. Até quando nós olhamos para o que é visto.

*Martin Heidegger*

Neste texto, reflito sobre a crise atual das democracias liberais, mas também sobre a dificuldade de se pensar alternativas a ela. Trata-se, é verdade, de uma crise de difícil enfrentamento. Por um lado, os cidadãos têm dúvida sobre se os regimes democráticos ainda são capazes de prover segurança econômica e estabilidade social. Existe ainda a percepção de que os representantes eleitos são insensíveis às demandas dos seus eleitores. Por outro lado, há uma incapacidade de se vislumbrar alternativas aos regimes liberais, seja entre os profissionais da política tradicional, seja entre aqueles que professam o *mainstream* acadêmico da Ciência Política.

Impasse. Esta é a palavra que reflete esta crise. Porém, esse impasse também existe em função de um déficit da própria imaginação teórica, em grande medida incapaz de pensar a democracia além dos marcos da experiência liberal. A situação é crítica, pois mesmo sabendo que os regimes representativos não têm sido responsivos aos seus cidadãos, há uma resistência imaginativa para modificá-los. Parecemos estar presos àquela famosa sentença de Churchill, a qual, para defender a democracia liberal, a despeito dos seus problemas, dizia que todas as suas alternativas sempre seriam piores do que ela.

Neste artigo, defendo, ainda que de forma muito preliminar, que a questão da imaginação teórica a respeito da crise da democracia liberal é mormente um problema do olhar. Certa vez, Heidegger (1999, p. 74) chamou a atenção para o fato de que precisamos “ver com os olhos de ver”. Este certamente é o caso da crise dos regimes representativos. Precisamos ver realmente o problema e, quem sabe, vendo-o, poderemos perceber que o germen de sua solução esteja no “detalhe” que, mesmo visto, não é percebido. Creio que este detalhe, que mais assume a forma de um sintoma, esteja constantemente encoberto por outros elementos das democracias liberais que assumiram cada vez maior protagonismo: as instituições engessadas pela lei e a colonização da política pela economia. Este “detalhe” é o *demos*, cada vez mais desassistido pelo regime que leva o seu nome e que, por essa razão, tem

o levado a buscar alternativas ou mais democráticas ou nada democráticas com a esperança de ser ouvido. Essas alternativas têm sido, em geral, chamadas de populistas.

Nesse sentido, minha ideia é a de que precisamos olhar atentamente para o populismo, buscando vê-lo “com os olhos de ver”. Tenho a impressão de que as experiências populistas, longe de serem apenas um perigo à democracia, guardam a chave para a sua própria radicalização.

Para analisar a atual crise das democracias liberais, seus impasses para superá-la e a sua possível alternativa, a qual entendo residir num olhar mais cuidadoso para o populismo de esquerda, este artigo está dividido em quatro partes. Primeiramente, discuto a crise dos regimes representativos, apontando para seus dois perigos: o das alternativas autoritárias e o da posição fácil da defesa de sua mera conservação. Após, discuto os problemas que envolvem considerar o populismo como alternativa política à aludida crise, uma vez que teóricos e políticos profissionais normalmente evitam refletir sobre o fenômeno, frequentemente tomado por eles de forma pejorativa. Na terceira parte, apresento uma noção mínima de populismo, em grande medida inspirada em Laclau (2005), a qual entendo fornecer os elementos necessários para ver o fenômeno “com os olhos de ver”. Na última seção, reflito como o populismo de esquerda pode ser uma alternativa politicamente relevante não somente aos regimes liberais, mas também ao aprofundamento da democracia.

33

### **Dois perigos à democracia: os autoritários e os democratas conservadores**

Hoje a política, nos marcos liberais, não está somente estranha; está também perigosa. Seus perigos vêm tanto do lado da mudança como da conservação. Pelo lado da mudança, testemunhamos projetos autoritários que rondam as democracias ocidentais, que violam ou ameaçam violar direitos, conquistas sociais e políticas que pareciam já consolidadas. Há até pouco tempo, pensar em retrocessos, por exemplo, de direitos civis nos regimes representativos, era algo como uma distopia, um convite para se refletir sobre o imponderável. Não se imaginava, apenas há alguns anos, que as democracias maduras do Ocidente estariam agora em perigo. Além disso, pensava-se improvável, nesse passado recente, que hoje veríamos teóricos e cientistas políticos liberais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2019) convictos de que algumas dessas democracias não somente estariam perigosamente ameaçadas como, em até em alguns casos, a ameaça autoritária, batizada genericamente de populismo, já seria um projeto político em curso.

No entanto, não assumamos simplesmente a posição fácil e sedutora dos meros defensores da “democracia”, uma vez que o que eles realmente defendem, a democracia liberal, é um arranjo pouco responsivo ao *demos*. Além de eles defenderem uma democracia pouco democrática, não raramente utilizam-se de métodos retóricos que visam a aterrorizar os cidadãos, no sentido de fazê-los crer que qualquer projeto político diferente da democracia representativa liberal seria um salto num abismo cujo destino certamente seria o inferno.<sup>1</sup>

Seus defensores projetam, assim, os cenários mais aterrorizantes de um mundo totalitário pós-democrático. No entanto, sabemos que esses regimes representativos não são democracias no sentido forte do termo; aliás, isso nunca foi escondido por teóricos elitistas da estirpe de Schumpeter (1984) e Sartori (1965). Para eles, o povo foi sempre um estorvo necessário, uma vez que é somente com a presença do *demos* que podemos minimamente falar em democracia. Se, por exemplo, tomarmos a elaboração clássica das formas de governo de Aristóteles, o que hoje chamamos de democracias representativas só poderiam ser comparadas, *mutatis mutandis*, às oligarquias do passado. São regimes em que a política foi colonizada pela lógica econômica, tornando os “representantes do povo” meros operadores do discurso hegemônico neoliberal. Não quero dizer que estes regimes sejam apenas negativos, mas mesmo as suas virtudes, tais como as liberdades individuais, sabe-se, não são para todos, ainda que formalmente sejam assim enunciadas. Vivemos sob o formalismo de uma liberdade irrestrita sempre barrada por condições materiais injustamente distribuídas. Não é por acaso que Rancière (1996) e Crouch (2004) já vaticinaram que as democracias realmente existentes são a própria expressão da pós-democracia.

No âmbito da teoria política, é bem sabido que as democracias liberais são regimes que necessitam de aprimoramento. Os projetos das democracias participativa e deliberativa do final do século passado já indicavam, do lado de uma esquerda liberal, a insuficiência do paradigma schumpeteriano. Mesmo assim, ainda mais considerando-se o final do socialismo real, havia a convicção de que esses regimes caminhariam, perfazendo quase uma linha reta, na direção evolutiva da prosperidade, iniciada no período do pós-guerra, combinada com o avanço paulatino, mas seguro, dos direitos civis, a partir das lutas forjadas nos anos 1960 e

---

<sup>1</sup> Certamente um representante digno do terrorismo liberal contra qualquer forma de mudança nos regimes representativos é Jan-Werner Müller (2016). Seu livro *What is Populism?* é uma peça que visa à identificação de toda experiência populista como autoritária ou totalitária. Trata-se de uma visão monolítica sobre esses fenômenos que pouco informa o leitor sobre as peculiaridades do populismo, além de não abrir o necessário espaço para a crítica das democracias liberais, elas mesmas as verdadeiras criadoras da crise por que hoje passam.

seguintes. Notemos que havia o sentimento da existência de uma base, de um fundamento sólido que indicava, a despeito de suas insuficiências, que esses regimes seguiriam um caminho seguro rumo o seu aprimoramento.

É em nome da segurança de um “belo futuro” – hoje ameaçado por projetos autoritários – que vemos intelectuais progressistas assumirem, paradoxalmente, a posição conservadora da simples manutenção dessas democracias insuficientes. Preferem, neste momento, uma democracia sem *demos*, uma pós-democracia a qualquer tipo de mudança. Há uns vinte anos, esses mesmos intelectuais, que defendiam a radicalização da democracia, hoje se agarram a uma pós-política, que não passa da condição defensiva do *status quo*. Na verdade, se agarram a um erro com a mesma força com que um naufrago se agarra a uma tábua de salvação. Intimamente, eles se fiam na fantasia de um mundo em evolução, uma ilusão típica da ingenuidade moderna. As ameaças contemporâneas, principalmente pelo lado da extrema-direita, seriam como pedras no sapato do processo social evolutivo e autorizariam uma postura defensiva que se traduz na ideia de que os regimes ocidentais são democracias que devem ser mantidas a todo o custo. É neste momento que surge o perigo invisível da postura conservadora: intelectuais que ontem desejavam radicalizar as democracias realmente existentes, hoje as veem, diante da ameaça da extrema-direita, simplesmente como regimes a serem mantidos. Não que eles não almejem mais a radicalização democrática de outrora. A questão é que eles percebem que o momento não é mais de avanço, mas de conservação, um passo atrás para, após, quem sabe, dar-se dois passos à frente.

A postura conservadora, nesse sentido, também apresenta seus perigos. Primeiramente, pois ela se assenta no já aqui mencionado mito da evolução social. Contra esse mito, a ameaça da extrema-direita não é, em relação à democracia liberal, necessariamente um obstáculo passageiro; ela pode ser a sua sucessora. O ressurgimento do reacionarismo no mundo ocidental, em forma de neofascismos e neo-autoritarismos, nos dá a prova de que qualquer projeto político, por mais fundado que seja, como a democracia liberal, não escapa à contingência e à precariedade. Dessa forma, as democracias realmente existentes podem, neste momento, estar dando lugar a um mundo baseado em extremismos e mais exclusões. Isso quer dizer que, no social e na política, não há evolução. O que existe são projetos hegemônicos que se sobrepõem a outros projetos hegemônicos. Se até a *pax romana* foi sobrepujada por sucessivas invasões bárbaras, por que uma experiência tão recente, como a das poliarquias, seria o fim da história?

O segundo problema do conservadorismo reside naquilo que é próprio dessa postura: a incapacidade de sonhar. Sem essa capacidade, a imaginação democrática simplesmente desaparece e esse é o estado em que nos encontramos agora. De um lado, extremistas ameaçando direitos; de outro, democratas agarrando-se a um regime que consideram insuficiente. Essa postura conservadora não é somente ruim por limitar a projeção de novos mundos possíveis a partir de um contexto político muito diferente daquele do final do século passado. Ela também, de forma perigosa, tem visto qualquer tipo de mudança, mesmo progressista, como se fosse uma ameaça à democracia. Tudo o que “ameaça” a democracia liberal é chamado, por seus defensores conservadores, de populismo.

### **O problema do populismo como alternativa política**

Populismo tem sido o nome dado para qualquer projeto político que não seja o da manutenção das democracias existentes. Na verdade, não há sequer a necessidade de haver um verdadeiro projeto alternativo à democracia liberal; basta uma simples menção ao povo como sujeito político que o seu autor será acusado de populista. O populismo tornou-se um termo de abuso, podendo ser evocado por qualquer político ou intelectual conservador sem a menor necessidade de ter de explicar o que está querendo dizer com isso. Populismo é o nome de uma ofensa.

A tarefa do detrator do populismo é assaz simples, uma vez que o termo historicamente já carrega em si uma carga pejorativa. Neste particular, a negatividade do populismo é dotada de uma plasticidade singular, visto que a palavra pode assumir as mais distintas conotações negativas. Sem que esta lista seja exaustiva, populismo pode ser sinônimo de demagogia, de engano das massas, de autoritarismo, de totalitarismo, de extrema direita, de extrema esquerda. Basta que uma liderança política combine o nome do povo com qualquer ação política que o populismo assume as feições próprias do vazio de um significativo mestre. Não que não possa haver uma combinação do populismo com qualquer um desses termos, mas isso não quer dizer que o populismo seja em si autoritário ou totalitário, por exemplo, nem tampouco que autoritarismos e totalitarismos sejam necessariamente populistas.

No entanto, para os liberais, é certamente mais fácil acusar os seus adversários e inimigos de “populistas autoritários” do que propriamente se preocuparem com os regimes representativos que defendem, o quais simplesmente, e a cada dia que passa, desprezam a

vontade popular. Os liberais tornaram-se não somente conservadores, mas também reativos e projetivos: reagem a qualquer possibilidade de mudança e projetam, em qualquer adversário, as limitações e as exclusões das democracias existentes, como se essa atitude fosse capaz de apagá-las. Não as apaga e ainda só faz aumentar o imenso abismo entre o discurso liberal-democrático e os cidadãos nas democracias ocidentais.

Resta saber o que, de fato, distancia o cidadão médio do regime democrático, pois é nesta distância que emergem os discursos populistas. O ponto fundamental para explicar esse distanciamento já foi, inclusive, diagnosticado por alguns liberais (MOUNK, 2019). Havia uma convicção de que as democracias ocidentais já tinham atingido o grau máximo de maturidade e estabilidade, uma vez que esses regimes estavam associados a um grande crescimento econômico do capitalismo e do *welfare state* após a Segunda Guerra Mundial. Esta convicção aumentou ainda mais, no final do século passado, após o colapso da União Soviética e da alternativa político-econômica que o socialismo real representava. No entanto, tal convicção não se confirmou e o mais irônico é que aos poucos descobriu-se que a maior inimiga da democracia liberal capitalista é ela própria, a partir da promoção de políticas neoliberais que paulatinamente têm excluído socialmente grande parte da população nos países ricos. Os opositores dos regimes representativos não são mais os agentes da KBG ou os membros dos partidos comunistas, mas os seus próprios cidadãos, que perceberam que estão cada vez mais à margem de decisões tomadas em gabinetes que favorecem quase que exclusivamente capitalistas e especuladores do mercado financeiro.

Começou então a ficar mais evidente para o cidadão comum que a associação entre neoliberalismo e democracia liberal não tem “valido a pena”. E aqui aparece, em letras maiúsculas, uma verdade que há uma década seria impensável: os cidadãos não *eram* democráticos em si, mas *estavam* democráticos, visto principalmente as vantagens econômicas e sociais que os regimes liberais lhes proporcionavam.

Nesse sentido, havia uma avaliação essencialista, por parte dos cientistas políticos, acerca da aderência das pessoas à democracia, como se esta fosse a única forma de governo possível. O primeiro grande erro é achar que os cidadãos são democráticos simplesmente pelas “virtudes” da democracia. O segundo é agora vislumbrá-los como antidemocráticos pela adesão e simpatia cada vez menores ao regime. O problema não está no cidadão, mas no regime, patentemente menos responsivo e dia a dia mais tragado pelos interesses econômicos e financeiros.

É neste abismo que separa “representantes” que não representam e “representados” não representados que surgem discursos que se reivindicam ouvir e efetivamente fazer a vontade do povo. Vejamos, portanto, que a chamada “crise de representação” é responsabilidade dos próprios regimes liberais-democráticos e somente atinente a eles. Nesse sentido, é inexato afirmar que existe hoje uma crise da representação política em si, uma vez que a crise é específica de um regime que de fato representa cada vez menos os seus cidadãos. Não é sequer preciso recorrermos às teorias da representação para percebermos o que está aqui em jogo. Não se trata de mensurar a qualidade da representação para avaliar se as demandas dos representados estão sendo levadas a efeito pelos representantes. Sabe-se que isso não ocorre dessa forma nas democracias ocidentais e o argumento de Schumpeter (1984), ainda que bruto, é convincente, neste contexto, quando afirma que aos cidadãos — devido à incapacidade resultante do seu desinteresse político — cabe somente a tarefa de eleger aqueles que irão “representá-los”.

A democracia liberal sempre deu, como acertadamente apontou Norberto Bobbio (1997), um “cheque em branco” aos representantes, tendo esses uma grande liberdade para votar e tomar as decisões que lhes parecessem as mais acertadas. É justamente em razão dessa “representação fiduciária” que o campo político foi paulatinamente vinculando-se às demandas dos mercados e dos demais agentes econômicos e distanciando-se de uma virtual vontade do povo. A democracia, sobretudo com o final do *welfare state*, tornou-se ainda menos responsiva ao *demos* e esse fato, mesmo que não possa ser medido de forma exata, é, mesmo assim, sentido pelos cidadãos. A crise da representação nas democracias ocidentais não é uma crise que reflete a ausência específica de representação, mas antes um sentimento negativo de que os representantes não representam mais os seus representados.

É esse sentimento negativo, percebido como desamparo e esquecimento, aliado a um empobrecimento paulatino da população, que tem tornado os cidadãos céticos em relação ao modelo liberal-democrático e aberto o flanco para novas possibilidades, muitas dessas claramente reacionárias e obscurantistas. Notemos bem a questão. O flanco aberto pela crise da representação liberal, em princípio, como Simon Critchley (2012) sugeriu com o termo “niilismo passivo”, levou uma parcela dos cidadãos a viver uma vida desinteressada e cética pela política. Num estágio posterior — com a ascensão de novas alternativas políticas, progressistas ou reacionárias —, os cidadãos passaram a prestar atenção a essas novas possibilidades e foram convencidos por algumas delas. De uma forma geral, esse convencimento tem a ver com uma maior ou menor capacidade de essas alternativas — em

comparação com o sentimento de desamparo promovido pelas democracias liberais —, conseguirem mostrar aos cidadãos que elas são capazes de melhorar as suas condições de vida.

Melhorar as condições de vida. É substancialmente o que as pessoas desejam para si e para as suas famílias. É em nome disso, em geral, que elas optam por uma ou por outra alternativa política. Hobbes, no início da modernidade, estava certo quando percebeu que a maioria das pessoas deseja apenas segurança e uma vida mais tranquila e, se esses desejos se concretizam ou se, ao menos, se vislumbra a sua concretização, o fato de o regime ser mais ou menos democrático, ser mais ou menos inclusivo, ser mais ou menos responsivo, é praticamente um detalhe, visto que a maioria dos cidadãos liberais não somente não se importa cotidianamente com a política, como muitos ainda estufam o peito para dizer que a odeiam. Portanto, os cidadãos não *são/eram* democráticos por viverem em regimes representativos que contam com os seus votos de tempo em tempo; os cidadãos *estão/estavam* democráticos, à medida que este regime seja capaz de prover segurança e tranquilidade.

É, portanto, o desamparo que obriga os indivíduos a buscarem novas alternativas. E essas, longe de hoje se apresentarem como sistemas políticos alternativos, como no caso do socialismo real no século XX, surgem no interior dos próprios regimes liberais. Há a impressão de que esses últimos caminham para a sua própria implosão. Populismo é o nome dado a essas alternativas que desafiam democracias liberais, essas últimas, como vimos, cada vez mais insensíveis e distantes do *demos*.

### **Mas, afinal, o que é populismo?**

Mesmo quando os liberais se propõem a compreender o populismo, suas análises, em geral, não vencem a barreira do preconceito. Eles estão demais comprometidos com o conservadorismo liberal – que religiosamente prega a manutenção de uma democracia sem povo – para considerarem o fenômeno a partir de outro ângulo. O principal problema dessas análises, voltando a um argumento exposto há pouco, é que elas entendem o populismo como um fenômeno político sempre negativo e ameaçador à democracia. De fato, podemos listar uma série de experiências contemporâneas que atesta que este medo não é de todo descabido. No entanto, é possível também citar outras experiências populistas que não somente não ameaçam a democracia como ainda visam a avançá-la na direção de ela ser mais responsiva

aos cidadãos. O que os liberais fazem é literalmente jogar a criança fora com a água do banho. Vejamos por quê.

Entender realmente o populismo requer primeiramente realizar a operação de nos afastarmos dos preconceitos que historicamente o circundam. Feito isso, podemos buscar a sua compreensão a partir do que singulariza o fenômeno, o que chamarei aqui de o seu “núcleo duro”. Esse núcleo do populismo pode ser identificado como a construção política de um povo contra os seus inimigos.

A enunciação desse núcleo ou “noção mínima” do populismo não é uma novidade. De uma forma mais sistemática, desde o final da década de 1990, uma série de cientistas e teóricos políticos liberais e não liberais (e.g. Canovan, 1999; Mudde, 2004; Laclau, 2005) percebeu que – para fornecer ao termo um sentido rigoroso e potencialmente heurístico, ou seja, rejeitando o seu uso vulgar –, seria preciso ir além do empirismo que marcou as primeiras análises sobre o populismo.<sup>2</sup> Tratava-se, como observou Laclau (2005), de generalizações teóricas que eram acompanhadas por uma série de exceções que as fragilizavam.

Assim, considerar o populismo a partir da sua noção mínima coloca-nos em outro patamar analítico. Ela nos permite identificar esses fenômenos além de qualquer determinação ideológica, local, histórica ou econômica. O populismo é uma construção que pode assumir diversas configurações políticas e sociais. Portanto, temos de nos concentrar sobre esse núcleo duro e verificá-lo em sua dimensão ôntica. Vejamos.

Enuncio-o novamente: o populismo é a construção política de um povo contra os seus inimigos. A categoria central aqui é povo, o sujeito político do populismo. Por povo, neste contexto, não devemos entender simplesmente o conjunto dos cidadãos ou os habitantes de um Estado, nem tampouco uma localização sociológica, tal como, por exemplo, uma classe. Como o surgimento do povo depende de uma construção política, no sentido de Laclau (2005), essa dependência deve ser entendida em seu sentido mais radical, ou seja, não há qualquer essência ou determinação *a priori*, de modo que o povo pode assumir qualquer configuração, dependendo do contexto em que ele é construído. Daí por que há casos de

---

<sup>2</sup> Esta perspectiva tem, na verdade, o pioneirismo de Ernesto Laclau para quem o populismo, desde a sua primeira análise, realizada ainda na década de 1970, já era percebido como uma construção hegemônica do povo antagonicamente ao bloco de poder: “a contradição ‘povo’ bloco de poder é um antagonismo cuja inteligibilidade não depende das relações de produção, e sim, do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação constitutivas de uma formação social determinada” (LACLAU, 1978, p. 172).

mobilizações populistas à esquerda e à direita, no campo e na cidade, em países democráticos e não democráticos.

Além disso, há uma diferença substancial entre o “povo” do populismo e o “povo” tal como os liberais concebem este termo. Para os últimos, povo não é uma categoria politicamente mobilizada. Pelo contrário: ele é mobilizável, e de forma muito controlada, apenas em períodos eleitorais. A política “popular” liberal-democrática, já nos afirmaram tantas vezes os principais próceres da “democracia realista”, resume-se à coleta de votos de indivíduos atomizados que, em geral, perseguem apenas seus objetivos pessoais, sendo a esfera pública um horizonte distante e desinteressante. Para esses mesmos realistas, não há problema nessa participação episódica; ela é, inclusive, desejável. A razão é simples: a democracia, para existir em termos liberais, tem de ter “grades de proteção” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) contra os excessos do povo.

Assim, o problema inicial da presença do populismo — e talvez o mais importante — é que ele abre a “caixa de Pandora” popular: ele rompe com as grades de proteção de qualquer regime político percebido como não popular. A crítica liberal ao populismo, sabemos, dirige-se aos seus líderes, como pessoas inescrupulosas, manipuladoras e antidemocráticas. No entanto, independentemente da ideologia e dos interesses subjetivos de uma liderança populista, é inegável que ela mobiliza um povo.

A crítica liberal à liderança populista é, nesse sentido, apenas a superfície do verdadeiro problema que os liberais escondem, não querem ou não conseguem ver. O liberalismo, para ser “democrático” tem de domesticar o povo — ao mesmo tempo incômodo e indesejado, mas necessário, para se poder falar em democracia —, e torná-lo um objeto passivo e controlado. O liberalismo, como projeto democrático, é apenas mais um capítulo do que Rancière (2014) chamou de o “ódio à democracia”, ódio que tem a mesma idade, senão é até mesmo mais antigo do que a própria democracia como forma de governo, visto que o desprezo ao *demos* antecede ao seu próprio regime e persiste até hoje. O populismo é mais um capítulo de uma mobilização popular que descentra a ordem e o lugar das coisas, visto que ele atesta que a democracia, antes de ser um regime, é uma vontade sempre atualizada de igualdade por parte de um *demos* politicamente construído.

De uma forma mais sistemática, uma mobilização populista constrói politicamente um povo, ou seja, ele nunca está dado *a priori* em relação à luta política. Tampouco os “inimigos do povo” têm existência prévia. No entanto, o que explica tais constituições contingentes? É

aqui que a noção de antagonismo, desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985), assume uma posição central.

Antagonismo é a categoria-chave para pensar a política sob uma perspectiva pós-estruturalista; aliás, ela só faz sentido se for pensada dentro dos marcos pós-fundacionais.<sup>3</sup> Laclau e Mouffe (1985) opõem “antagonismo”, respectivamente, à “contradição lógica” e à “oposição real” para demonstrarem que, à despeito de suas diferenças, entre ambas há em comum o fato de elas referirem-se a positivities plenamente constituídas. No caso do antagonismo, ao contrário, ele não somente não se refere à relação entre identidades plenamente constituídas como a sua presença representa a própria impossibilidade de constituições identitárias plenas. Ele indica que qualquer identificação política é precária, contingente e dependente, na produção de sentidos, da presença do polo antagônico. Não há qualquer identificação positiva em si, pelo contrário, trata-se de um processo que parte primeiramente de uma negatividade que sempre a ameaça e a torna incompleta.<sup>4</sup>

É pela presença do antagonismo que não há como definir *a priori* os sujeitos políticos de uma relação populista. O povo e os seus inimigos dependem de um contexto que os constitui de fato. O povo e os seus inimigos são ontologicamente inessenciais: suas “encarnações” dependem de uma situação ôntica específica. Suas existências dependem da política e de sua ação desestabilizadora.

42

### **Em que sentido o populismo (de esquerda) pode ser uma alternativa política?**

Antes do início da crise das democracias liberais, uma série de propostas teóricas e de experimentos foi lançada com o objetivo de radicalizar tais regimes. Desde o Orçamento Participativo de Porto Alegre, até os modelos deliberativos, inspirados em Rawls e Habermas, teóricos e políticos engajados nunca esconderam o sentimento de que as democracias realmente existentes eram regimes que necessitavam mais da presença do *demos*. É importante frisar que o desejo de mais democracia foi sempre atrair ou possibilitar mais participação do povo.

---

<sup>3</sup> Em outros lugares, discuti a relação entre pós-estruturalismo, pós-fundacionalismo e política. Como este não é o objeto deste artigo, faço referência a especificamente dois textos (MENDONÇA, 2016; MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016).

<sup>4</sup> Em outros trabalhos, discuti mais amiúde a noção de antagonismo no contexto da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. A este respeito, ver: Mendonça (2003) e Mendonça (2012).

Contudo, há nessas propostas de ampliação democrática duas características que limitam esse alcance: a “especialização” e a “domesticação” do *demos*. A especialização, especialmente para os participacionistas, limita a participação do povo a espaços controlados principalmente pelo poder público. A domesticação do *demos*, ponto sensível ao deliberacionismo, tem sido criticado por seu normativismo forte que estabelece regras racionais fixas e restritivas ao debate público, que reduzem a participação de públicos que lançam mão de outras racionalidades e formas de expressão.

Nesse sentido, ainda que participacionistas e deliberacionistas desejem radicalizar a democracia liberal representativa, esses teóricos guardam o mesmo receio que acompanha a própria história da democracia. Esse é o receio do povo. O povo é bem-vindo para esses modelos desde que suas ações intempestivas possam ser evitadas por mecanismos de controle estruturais legais ou discursivos. Não se trata de dizer que ambos os modelos não sejam progressistas ou que não auxiliem na radicalização da democracia em diversos aspectos. A questão é que eles, cada um ao seu modo, temem o *demos*, como de resto quase toda tradição filosófica política ocidental.

E não sem razão. O povo é imprevisível e (por que não?) suscetível à manipulação e ao engano. É difícil organizar um governo estável ante à instabilidade do povo. Ciente disso, a tradição ou negou a democracia, a legitimidade do *demos* como regime, ou a aceitou mediante restrições de especialização e de domesticação. Podemos dizer que o que modernamente tem sido chamado de democracia, desde a experiência estadunidense do final do século XVIII até o momento, foi uma série de tentativas para levantar “grades de proteção” contra os possíveis “abusos” e a “irreflexão” do *demos*.

Assim, a questão das democracias realmente existentes tem sido encontrar formas institucionais para controlar o *demos*, mantendo estável um regime, em alguma medida popular, mas a salvo do próprio povo, a partir de um governo, em tese, aristocrático, na prática, oligárquico. Essa fórmula tem acompanhado as democracias ocidentais, mas também as principais alternativas teóricas e políticas de radicalização democrática. A principal razão não dita, não admitida e inaudita do populismo ser hoje o maior inimigo da democracia liberal reside mormente no fato de que as suas experiências têm em comum a promessa ou mesmo o rompimento com o poder oligárquico, não somente distante do *demos*, mas também, e principalmente, que o torna ironicamente um excesso perigoso e ameaçador do regime batizado com o seu nome.

É no contexto dessa emergência perturbadora do populismo sobre a democracia representativa que a análise de Ernesto Laclau (2013) é particularmente importante. Para o autor, desde uma perspectiva ontológica, o populismo não é uma ideologia, uma forma de governo ou regime político, mas uma lógica política que contrasta com uma lógica social. Vejamos como se opera essa relação.

A lógica social está na ordem do estabelecido, na institucionalidade representada, no limite, por um perfeito funcionamento da lógica da diferença. As democracias liberais são lógicas sociais que se mantiveram estáveis entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início deste século na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América. Isso se explica também pelo fato de que uma lógica deste tipo visa à sedimentação de sua própria ordem. No caso dos regimes liberais, eles se colocam como a única possibilidade de haver democracia em grande escala; toda e qualquer alternativa que desafia minimamente esse regime de verdade é taxada como antidemocrática, autoritária ou totalitária. É importante destacar que a sedimentação de uma ordem gera aquilo que Laclau, inspirado em Husserl, chamou de um esquecimento de suas origens, ou seja, uma ordem estabelecida assim o é não sem ter impossibilitado ou silenciado outras ordens possíveis no momento de sua instituição.<sup>5</sup> Toda a ordem é o resultado de uma articulação hegemônica.

44

Tanto mais for sedimentada uma lógica social, tanto menos ela terá de se afirmar como verdade. A sedimentação produz a naturalização da contingência, ou seja, a fantasia de que o contingente sempre foi necessário. Essa fantasia gera o que Derrida (2002) chamou de uma “certeza tranquilizadora” produzida pela ideia de que tudo tem um fundamento, uma base sólida a partir da qual ela se assenta. Fantasia que se evanesce sempre quando uma força contra hegemônica revela, via reativação, a sua historicidade precária. É neste momento que a lógica política tem lugar.

Para Laclau (2005, p. 117), literalmente, “a lógica política relaciona-se com a instituição do social”. Instituição num sentido fundador, ou seja, quando, no plano ôntico, a partir da articulação de diferenças e antagônica ao(s) inimigo(s) comum(ns), uma nova hegemonia estabelece-se sucedendo uma anterior. O surgimento das democracias liberais, em substituição ao *Ancien Régime*, num processo iniciado no final do século XVIII e que se hegemoniza, enfim, no século passado, está agora, ele próprio, sendo desafiado por lógicas

---

<sup>5</sup> Uma análise da discussão de Husserl sobre sedimentação e reativação, categorias que influenciaram sobremaneira a perspectiva laclauiana, pode ser encontrada em Marques (no prelo).

políticas que visam a novas instituições do social. De uma forma geral, tais lógicas têm sido hoje chamadas de populistas e essas só fazem sentido de serem assim chamadas se de fato elas forem lógicas de construção política do povo contra os seus inimigos.

Para o democrata, que valoriza a ampliação da participação popular, o populismo deveria ser visto com olhos mais atentos do que aqueles que, seguindo a irrefletida massificação do pensamento, sugerem meramente a sua condenação. Bem entendido, o populismo promete a ampliação da participação das pessoas na política, exatamente aquilo que as democracias representativas liberais cada vez mais negligenciam ou impedem. É essa lógica política que desafia a ainda hegemônica democracia liberal.

Mesmo que seja verdade que as experiências populistas construam mobilizações populares na contramão da apatia dos cidadãos nas democracias liberais, a qual só serve aos mais ricos, isso não é suficiente para que o populismo seja chamado de democrático no sentido que estou propondo. Para tanto, resgatarei dois pares de oposições para explicar a diferença fundamental entre os dois tipos principais de populismos do nosso tempo. O primeiro par consiste na retomada da oposição aristotélica entre Democracia e Demagogia.<sup>6</sup> O segundo é a diferenciação entre populismo de esquerda e populismo de direita. Começarei pela distinção elaborada pelo filósofo grego.

O meu uso da oposição aristotélica Democracia/Demagogia não é uma aplicação descontextualizada da forma como o filósofo percebeu os governos populares. Meu objetivo é apontar como, a despeito de ambos os governos serem levados a efeito pelo *demos*, suas consequências, como se sabe, são bem distintas.<sup>7</sup>

Segundo a tipologia clássica das formas de governo de Aristóteles, como largamente se conhece, o governo popular está dividido qualitativamente em dois tipos. O primeiro, a Democracia, consiste na boa forma do governo de muitos (dos pobres), que governa para todos aqueles que habitam a cidade. O segundo, a Demagogia, a degeneração da Democracia, refere-se ao governo dos muitos que, no entanto, governam apenas para si próprios.

---

<sup>6</sup> Para evitar confusões sobre as nomenclaturas das boa e má formas de governo de Aristóteles com o argumento que desenvolverei a seguir, consciente de que a boa forma normalmente é traduzida por “Politia” e a má por “Democracia”, resolvi chamar a boa forma de governo popular de “Democracia” e a má de “Demagogia”.

<sup>7</sup> Aristóteles se referia ao par Democracia/Demagogia no sentido de formas de governo. A analogia que busco aqui não sugere que eu esteja pensando o populismo como um regime político, pois, como vimos, entendo-o, num sentido mais amplo, ou seja, como uma lógica política. Estou consciente de uma série de mediações necessárias e o exemplo aristotélico serve tão-somente como inspiração à diferença que quero introduzir entre os populismos de esquerda e de direita.

Com base na distinção aristotélica, quero sugerir que, assim como a Democracia, o populismo de esquerda é inclusivo e igualitário, enquanto o populismo de direita, assim como a Demagogia, é excludente e inigualitário. Essa é a diferença fundamental entre ambos, a qual deter-me-ei até o final desse artigo.

A primeira questão sobre essa diferença é que ela registra a intenção de se vislumbrar, de forma mais atenta, as experiências populistas, renunciando o olhar que toma a todas como se fossem eticamente idênticas. De uma forma geral, liberais tendem a criticar o populismo principalmente com base em suas ocorrências europeias e estadunidenses, majoritariamente identificadas como populistas de direita. Não há nenhuma razão para se questionar, sob um ponto de vista ético-democrático, que as experiências populistas de direita sejam excludentes e desiguais ou, dito de outro modo, que sejam exemplos de uma forma de construção popular que resulta na própria degeneração da democracia. No entanto, como sabemos, o método indutivo pode nos levar a descobrir que nem todos os cisnes são necessariamente brancos e essa é uma obrigação de qualquer ciência: duvidar de todas generalizações ainda que elas possam parecer incontestáveis.

Se o que define o populismo de direita é a construção de um povo excludente, vejamos agora por que é fundamental termos mais clara a especificidade e a diferença do populismo de esquerda, o qual entendo ser aqui a constituição de um povo inclusivo e democrático. Para tanto, anuncio que o determinante de uma experiência populista de esquerda é a pressuposição da igualdade como fundamento da democracia.

Partirei do pressuposto de que a igualdade é o fundamento da democracia, seja como forma de governo, seja como modo de vida, uma vez que é ela que distingue a democracia de outras formas de regulação da vida social. A única possibilidade da igualdade é, portanto, democrática. No entanto, democracia e igualdade não têm sentidos precisos, estando esses termos constantemente abertos para assumirem distintos significados, dependendo das circunstâncias e das contingências apresentadas. Democracia e igualdade são significantes vazios no sentido exposto por Laclau (1996).

A discussão que proponho aqui sobre democracia e igualdade é mais onto-ontológica do que epistêmico-científica. Não se trata de definir os “verdadeiros” sentidos para ambos os termos, nem tampouco propor qualquer projeto teórico-normativo. Ainda que projetos neste sentido sejam exercícios interessantes de pensamento, no contexto desta discussão, eles aparecem apenas como propostas, entre tantas possíveis, todas incapazes de fixar permanentemente sentidos. A questão não é buscar, no plano ôntico, sentidos sempre

precários, mas enfatizar a existência de um vazio ontológico constitutivo, ou um fundamento abissal, que justifica uma infinidade de configurações políticas possíveis. “O que aceitamos como realidade (objetiva)”, afirma Stavrakakis (1999, p. 54), referindo-se a Lacan, “nada mais é do que uma construção social com duração limitada”. A busca normativa em direção do fechamento significativo para democracia e igualdade, assim como para qualquer outro significante, serve apenas para reduzir a ansiedade do desejo impossível, mas, ainda assim, necessário, por finitude. Portanto, quando menciono democracia e igualdade não proponho qualquer sentido para ambos os termos, apenas uma estrutura ontológica mínima. Esta estrutura pressupõe a igualdade como fundamento e horizonte da democracia.

A igualdade como fundamento democrático é a assunção de que, fora da democracia, só existe desigualdade.<sup>8</sup> A democracia inventou a igualdade política; ela torna iguais aqueles que “por natureza” são diferentes. Ressalto que me refiro à igualdade política como suficiente para se requerer qualquer outro tipo de igualdade, seja material, seja espiritual. A política, como lógica, da forma como vimos há pouco, é o que torna possível qualquer reivindicação por equidade, qualquer revolução ou luta contra aquilo que é significado como injusto.

Se populismo pode ser entendido, em seu núcleo duro, como a construção política de um povo contra o seu inimigo, essa constituição, ainda que popular, não necessariamente é democrática. Seguindo a lógica Aristotélica, ao contrário, ela pode ser a própria degeneração da democracia. Porém, se essa construção do povo visar à igualdade e à inclusão, ela será democrática, uma vez que ela reivindica a inclusão de direitos àqueles que, formalmente, já os têm, mas que a ordem do social insiste em negá-los.

É necessário, como nos chamou a atenção Heidegger, “ver com os olhos de ver o que é visto”. É preciso distinguir os dois populismos do nosso tempo, sob pena de que a atual indistinção seja responsável não somente pelo enfraquecimento dos regimes representativos, mas também, e principalmente, pela incapacidade de sonharmos com a radicalização da democracia como forma de vida. Não há oximoro político pior do que uma democracia sem povo.

---

<sup>8</sup> Aqui retomo um argumento que já desenvolvi em outros lugares. A esse respeito, por exemplo, ver: Mendonça (2019).

## Referências

- Bobbio, Norberto (1997). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANOVAN, M. (1999). Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. *Political Studies*, v. XLVII, n. 1, March, pp. 2-16.
- CRITCHLEY, Simon (2012). *Infinitely Demanding: ethics of commitment, politics of resistance*. London: Verso.
- CROUCH, Colin (2004). *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press.
- DERRIDA, Jacques (2002). “A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas”. In: \_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, pp. 227-248.
- HEIDEGGER, Martin (1999). *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LACLAU, Ernesto (2005). *On Populist Reason*. London: Verso.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Emancipation(s)*. London: Verso.
- \_\_\_\_\_. (1978). *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARQUES, Marcelo de Souza (No prelo). “Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Daniel de (2019). “Democratas Têm Medo do Povo? O populismo como resistência política”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, pp. 185-201. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v32n85/0103-4979-ccrh-32-85-0185.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. (2016). “Democracia e Desigualdade: pós-estruturalismo”. In: MIGUEL, Luis Felipe (Org.) *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora da UNESP, pp. 323-364.
- \_\_\_\_\_. (2012). “Antagonismo como Identificação Política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, pp. 205-228. Acesso em: 10 nov. 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/08.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. (2003). “A Noção de Antagonismo na Ciência Política Contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, pp.135-145. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3637>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián (2016). “O Fundamento como “Fundamento Ausente” nas Ciências Sociais: Heidegger, Derrida e Laclau”. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, pp. 164-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00164.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOUNK, Yascha (2019). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia das Letras.

MUDDE, Cas (2004). *The Populist Zeitgeist*. *Government and Opposition*, v. 39, n. 4, pp. 541-563.

MÜLLER, Jan-Werner (2016). *What is Populism?* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

RANCIÈRE, Jacques (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

STAVRAKAKIS, Yannis (1999). *Lacan & the political*. Abingdon: Routledge.

SARTORI, Giovanni (1965). *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

SCHUMPETER, Joseph (1984). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

---

### Resumen

---

Este texto tiene dos objetivos principales. El primero es reflexionar sobre la crisis de las democracias liberales. El segundo es indicar el populismo de izquierda como una alternativa política para pensar en la radicalización de la democracia. Para lograr estos objetivos, el artículo se divide en cuatro partes. Primero, analizo la crisis de los regímenes representativos y sus dos peligros: las alternativas autoritarias y la posición conservadora. A continuación, analizo los problemas de considerar el populismo como una alternativa política a la democracia liberal. En la tercera parte, presento una noción mínima de populismo, inspirada en gran medida por Laclau (2005), que proporciona los elementos necesarios para comprender la especificidad del fenómeno. En la última sección, reflexiono sobre cómo el populismo de izquierda puede ser una alternativa política no solo a los regímenes liberales sino también a la radicalización de la democracia.

Palabras-clave: Populismo; Democracia Liberal; Democracia Radical; Ernesto Laclau.

---

### Abstract

---

This text has two main objectives. The first is to reflect on the crisis of liberal democracies. The second is to point out the left populism as a political alternative to think about the radicalization of democracy. To achieve these goals, the article is divided into four parts. Firstly, I discuss the crisis of the representative regimes and its two dangers: the authoritarian alternatives and the conservative position. Next, I focus on the problems of considering populism as a political alternative to liberal democracy. In the third part, I present a minimal notion of populism, mostly inspired by Laclau (2005), which provides the necessary elements to understand the specificity of the phenomenon. In the last section, I reflect on how the left populism can be a political alternative not only to the liberal regimes but also to the very democracy radicalization.

Key-words: Populism; Liberal Democracy; Radical Democracy; Ernesto Laclau.

---